

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA –
1507ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE
CNPJ/MF nº 03.034.433/0001-56

REUNIÃO 009-2026

Aos 12 (doze) dias do mês de fevereiro de 2026, às 11h (onze horas), reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na forma híbrida, conforme diretrizes do art. 19 da REN ANEEL nº 957 de 2021, art. 25 do Estatuto Social da CCEE e art. 10 do Regimento Interno do Conselho de Administração, para realização da reunião. Cumpridas as formalidades legais, existindo quórum legal, deu-se início aos trabalhos, com a presença dos conselheiros Alexandre Ramos Peixoto, que presidiu a reunião, Gerusa de Souza Côrtes Magalhães, Eduardo Rossi Fernandes, Ricardo Takemitsu Simabuku e Vital do Rego Neto e, convidando a mim, Everilda Borges, para secretariar a presente Reunião, com o objetivo de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. Análise do pedido de impugnação com solicitação de efeito suspensivo apresentado pelo agente Delmax Papelão e Embalagens Ltda. (DELMAX), referente aos Termos de Notificação nºs CCEE0537/2026, CCEE00540/2026 e CCEE0546/2026 – Penalidades de Medição, em face da deliberação do Conselho de Administração da CCEE na sua 1503ª reunião, realizada em 27 de janeiro de 2026;
2. Análise do pedido de impugnação sem solicitação de efeito suspensivo apresentado pela Ferro Equipamento Industrial Ltda. (FERRO EQUIPAMENTO), em face reprovação do ato autorizativo que comprovava a classe do candidato a agente como Autoprodutor, na sua habilitação comercial; e
3. Análise do pedido de impugnação sem solicitação de efeito suspensivo apresentado pela Berg Steel S.A. Fábrica Brasileira de Ferramentas (BERG STEEL), em face da reprovação do ato autorizativo que comprovava a classe do candidato a agente como Autoprodutor, na sua habilitação comercial.

Ato contínuo, os conselheiros apreciaram os itens apresentados acima e decidiram o seguinte:

1. Análise do pedido de impugnação com solicitação de efeito suspensivo apresentado pelo agente Delmax Papelão e Embalagens Ltda. (DELMAX), referente aos Termos de Notificação nºs CCEE0537/2026, CCEE00540/2026 e CCEE0546/2026 – Penalidades de Medição, em face da deliberação do Conselho de Administração da CCEE na sua 1503ª reunião, realizada em 27 de janeiro de 2026 – Relatada a matéria pelo conselheiro Vital do Rego Neto, nos termos do inciso II do art. 22 do Estatuto Social da CCEE, e considerando que (i) em 27.01.2026, em sua 1503ª reunião, o Conselho de Administração da CCEE “Cad” indeferiu os argumentos apresentados pelo agente Delmax Papelão e Embalagens Ltda. (DELMAX), em sua defesa e deliberou pela aplicação das penalidades indicadas nos Termos de Notificação nºs CCEE00537/2026, CCEE00540/2026 e CCEE00546/2026; (ii) em 09.02.2026 o agente apresentou, tempestivamente, impugnação com solicitação de efeito suspensivo à citada decisão do Conselho de Administração; (iii) a CCEE cumpriu estritamente o que está disposto nas regulações e procedimentos vigentes; além disso, (iv) o pedido de impugnação não apresenta novos fatos que alterem a posição do agente. Assim, os conselheiros **decidiram, por unanimidade**: (a) não reconsiderar e manter a decisão exarada pelo Conselho de Administração da CCEE em sua 1503ª reunião; e (b) o envio dos autos do processo à ANEEL, conforme disposto no § 2º, do Art. 40 da Resolução Normativa nº 957/2021. (Deliberação 0308 Cad 1507ª)

2. Análise do pedido de impugnação sem solicitação de efeito suspensivo apresentado pela Ferro Equipamento Industrial Ltda. (FERRO EQUIPAMENTO), em face reprovação do ato autorizativo que comprovava a classe do candidato a agente como Autoprodutor, na sua habilitação comercial – Relatada a matéria pelo conselheiro Eduardo Rossi Fernandes, nos termos do inciso II do art. 22 do Estatuto Social da CCEE, e considerando que: (i) em 10 de dezembro de 2025, após a publicação da Lei nº 15.269/2025, o candidato a agente encaminhou, no

âmbito de seu processo de adesão, Declaração de Registro no campo de ato autorizativo para a comprovação da classe de Autoprodutor; (ii) em 16 de dezembro de 2025, considerando que se tratava de declaração de registro, a CCEE não aprovou o referido documento para comprovação de enquadramento na classe de perfil de autoprodução de energia elétrica; (iii) a análise dos requisitos de habilitação comercial realizada pela CCEE, após a conclusão de pendências pelo candidato a agente, ocorreu na vigência da Lei nº 15.269/2025, a qual incluiu o art. 16-B da Lei 9.074/1995, impossibilitando seguir com o processo de adesão da usina de registro no regime de autoprodução; (iv) em 05 de fevereiro de 2026, o candidato a agente apresentou tempestivamente o Pedido de Impugnação, sem requerimento de efeito suspensivo, em face da decisão de reprovação da documentação para fins de adesão como Autoprodutor; e (v) a CCEE atuou em estrita observância ao arcabouço regulatório e aos procedimentos vigentes; ressalvadas as dúvidas jurídicas quanto à caracterização de registro na ANEEL como outorga de geração nos termos da Lei, os conselheiros **decidiram, por unanimidade:** (a) sobrestar o pedido de impugnação apresentado por FERRO EQUIPAMENTO até o pronunciamento definitivo da ANEEL; (b) encaminhar à ANEEL como pedido de impugnação representativo de controvérsia a impugnação do candidato a agente Berg Steel S A Fábrica Brasileira (BERG STEEL), CNPJ: 44.209.294/0001-31, conforme artigo 41 da Resolução Normativa ANEEL nº 957/2021; e (c) encaminhar notificação ao impugnante, com aviso de recebimento, em até cinco dias da remessa à ANEEL do pedido de impugnação representativo de controvérsia, a fim de que, querendo, ingresse como assistente ou oponente no processo correspondente em trâmite na ANEEL, nos termos do §2º, art. 41 da Resolução Normativa ANEEL nº 957/2021. (Deliberação 0309 CAd 1507ª)

3. Análise do pedido de impugnação sem solicitação de efeito suspensivo apresentado pela Berg Steel S.A. Fábrica Brasileira de Ferramentas (BERG STEEL), em face da reprovação do ato autorizativo que comprovava a classe do candidato a agente como Autoprodutor, na sua habilitação comercial – Relatada a matéria pelo conselheiro Ricardo Takemitsu Simabuku, nos termos do inciso II do art. 22 do Estatuto Social da CCEE, e considerando que: (i) em 12 de dezembro de 2025, após a publicação da Lei nº 15.269/2025, o candidato a agente encaminhou, no âmbito de seu processo de adesão, Declaração de Registro no campo de ato autorizativo para a comprovação da classe de Autoprodutor; (ii) em 16 de dezembro de 2025, considerando que se tratava de declaração de registro, a CCEE não aprovou referido documento para comprovação de enquadramento na classe de perfil de autoprodução de energia elétrica; (iii) a análise dos requisitos de habilitação comercial pela CCEE, após a conclusão de pendências pelo candidato a agente, ocorreu na vigência da Lei nº 15.269/2025, a qual incluiu o art. 16-B da Lei 9.074/1995, impossibilitando a aprovação da adesão da usina de registro no regime de autoprodução, (iv) em 05 de fevereiro de 2026, o candidato a agente apresentou tempestivamente o Pedido de Impugnação, sem requerimento de efeito suspensivo, em face da decisão de reprovação da documentação para fins de adesão como Autoprodutor; e (v) a CCEE atuou em estrita observância ao arcabouço regulatório e aos procedimentos vigentes; ressalvadas as dúvidas jurídicas quanto à caracterização de registro na ANEEL como outorga de geração nos termos da Lei, os conselheiros **decidiram, por unanimidade:** (a) não reconsiderar a decisão impugnada; (b) encaminhar à ANEEL o pedido de impugnação apresentado por BERG STEEL como pedido de impugnação representativo de controvérsia e sobrestar o julgamento da impugnação no caso relacionado à empresa Ferro Equipamento Industrial Ltda. (FERRO EQUIPAMENTO), CNPJ: 15.797.607/0001-11, item 2 desta ata, conforme artigo 41, da Resolução Normativa ANEEL nº 957/2021. (Deliberação 0310 CAd 1507ª)

Por não haver mais nada a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos, e encerrou os trabalhos, razão pela qual a presente ata foi aprovada e assinada pelos conselheiros presentes.



São Paulo, 12 de fevereiro de 2026

Alexandre Ramos Peixoto

Gerusa de Souza Côrtes Magalhães

Eduardo Rossi Fernandes

Ricardo Takemitsu Simabuku

Vital do Rego Neto